

**Análise dos resultados de indeferimento nas bolsas de graduação sanduíche no programa *Ciência sem Fronteiras* (CNPq): 2012-2014**

**Analysis of the rejected proposals in the sandwich undergraduate scholarships in the *Ciência sem Fronteiras* Brazilian mobility program (CNPQ): 2012-2014**

**Análisis de los resultados desfavorables en las becas de graduación sándwich del programa *Ciência sem Fronteiras* (CNPQ): 2012-2014**

<http://dx.doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.973>

Damísia Carla Cunha Lima, mestre em Geociências pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e analista em Ciência e Tecnologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Brasília, DF, Brasil. E-mail: damisialima@gmail.com.

Luciana Calabró, doutora em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista PNPd do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: luciana.calabro.berti@gmail.com.

Diogo Onofre Gomes de Souza, Doutor em Bioquímica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: diogo@ufrgs.br.

## **Resumo**

O presente trabalho apresenta uma análise dos resultados de indeferimento nas solicitações de bolsa de graduação sanduíche no

exterior pelo programa Ciência sem Fronteiras no CNPq, nos anos de 2012 a 2014. O objetivo foi o de propor medidas para diminuir os índices de indeferimento, aumentando o percentual de demanda qualificada. As justificativas de indeferimento foram categorizadas e agrupadas nas três etapas eliminatórias das chamadas públicas, utilizando uma análise textual discursiva como ferramenta analítica. Identificou-se que 53,3% das candidaturas indeferidas puderam ser registradas em categorias passíveis de intervenção pelo CNPq para otimização do processo seletivo.

**Palavras-chave:** Programa Ciência Sem Fronteiras. Resultados de Indeferimento. Mobilidade Internacional. Bolsa de Estudos de Graduação Sanduíche. Análise Textual Discursiva.

### **Abstract**

This paper presents an analysis of the rejection results of sandwich scholarship undergraduate applications for the *Ciência sem Fronteiras* Brazilian Mobility program/CNPq, between 2012 and 2014. The main goal of this study was to propose actions aiming to reduce application rejection rates, thus increasing the number of qualified candidates. The reasons for refusal were categorized and grouped into the three eliminatory steps of the Public Calls, using a “discursive textual analysis” as an analytical tool. The study revealed that 53.3% of the denied applications could be included into categories susceptible to intervention by CNPq for improvement of the selective process.

**Keywords:** *Ciência Sem Fronteiras* Program. Rejection Results. International Mobility. Sandwich Undergraduate Scholarship. Discursive Textual Analysis.

### **Resumen**

En este trabajo se presenta un estudio de los resultados desfavorables para solicitudes de becas de *graduación sándwich* del programa *Ciência sem Fronteiras* (2012-2014) en CNPq. Los motivos

de la denegación fueron identificados y agrupados en categorías y porcentajes en las tres fases eliminatorias de las Convocatorias Públicas, por medio del “análisis textual discursivo”. El objetivo fue proponer medidas para reducir la tasa de rechazo y, por consiguiente, aumentar el porcentaje de la demanda calificada. Se identificó que el 53,3% de las solicitudes rechazadas pueden ser registradas en categorías sujetas a la intervención del CNPq para optimizar el proceso de selección.

**Palabras clave:** Programa *Ciência Sem Fronteiras*. Resultados Desfavorables. Movilidad Internacional. Becas de Graduación Sándwich. Análisis Textual Discursivo.

## 1 INTRODUÇÃO

Há muito tempo, fala-se numa “nova ordem educativa mundial” (LAVAL; WEBER, 2002; ZARATE, 1999), referindo-se a um progressivo processo de internacionalização da educação, alicerçado na “criação de um mercado internacional do ensino e na crescente globalização das políticas educacionais (parcerias intergovernamentais; convênios interinstitucionais etc.)” (RAMOS, 2009). Países como Estados Unidos e Austrália têm na exportação dos serviços de educação um fator importante em suas balanças comerciais (RAMOS, 2009).

Knight (2004) explica que existe uma constante confusão entre os termos globalização e internacionalização. A autora procura esclarecer a relação existente entre os dois termos. A globalização é um processo que não envolve somente a educação e está relacionada aos fluxos de tecnologia, economia, política, conhecimento, pessoas, valores e ideias além das fronteiras e afeta os países de diferentes formas, variando em razão da história nacional, da tradição e da cultura local. A internacionalização da educação superior se dá no sentido de possibilitar a mobilidade e a transmissão de saberes dos sistemas de ensino de um Estado para outro (KNIGHT, 2008).

Foi na década de 80 do século XX que a internacionalização da educação começou a se destacar, sobretudo no que se refere à educação

superior, em especial devido a instrumentos como os programas acadêmicos internacionais, a mobilidade acadêmica e a oferta de ensino para outros países por meio de arranjos interinstitucionais. Destaca-se também que a internacionalização age como resposta ao fenômeno da globalização; em outras palavras, a globalização atua como catalisadora do processo de internacionalização. Foi o fluxo internacional de pessoas, de informação e de tecnologia que possibilitou ultrapassar fronteiras e conhecer sistemas educacionais ao redor do mundo, trocar experiências e interconectar o conhecimento (KNIGHT, 2004).

De Wit (1998) destaca que a internacionalização é um processo e, ao mesmo tempo, uma resposta à globalização, mas não deve ser confundida com a globalização por ela mesma. Internacionalização inclui tanto aspectos locais como internacionais, bem como elementos interculturais. Para os países em desenvolvimento, a internacionalização do ensino superior pode ser considerada como uma forma estratégica para sua inserção no mundo globalizado.

O processo de internacionalização da educação superior não é um fenômeno recente na história da educação. Em 1945 ele despontava na Europa como uma resposta à necessidade de reconstrução dos países destruídos pela Segunda Guerra Mundial e tinha como objetivo a assistência técnica para o desenvolvimento a partir de acordos culturais e científicos, da mobilidade estudantil e de bolsas de capacitação (DE WIT, 2008).

Observa-se, no Brasil, a partir de 1980, um crescimento dos programas de pós-graduação. As ações de cooperação internacional direcionadas a esses programas adquiriram novos contornos, os quais priorizaram experiências igualitárias entre os grupos de cooperação (LAUS; MOROSINI, 2005). Os programas de incentivo a tais práticas foram provenientes de agências estatais de fomento, a exemplo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), onde foram implementados os programas como o Capes/Cofecub, o Probal e o Brafitec.

Conforme Knight (2005), na contemporaneidade, a internacionalização da educação tem evoluído da mobilidade de

pessoas (manifestação recorrente) para a circulação de programas, abertura de *campi* (*branch-campus*) e instalação de instituições fora do país de origem. A mobilidade estudantil tem promovido fortemente a internacionalização acadêmica, gerando um intenso fluxo de pessoas ao redor do mundo. Estima-se que em 2005 aproximadamente 2 milhões de estudantes universitários estudavam fora de seu país de origem (NOGUEIRA; AGUIAR; RAMOS, 2008, p. 359).

A participação de estudantes brasileiros de graduação na mobilidade acadêmica internacional com financiamento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq foi enormemente incrementada com o lançamento do programa Ciência sem Fronteiras – CsF.

### 1.1 Programa Ciência sem Fronteiras

Reconhecendo o valor que experiências de mobilidade estudantil internacional poderiam trazer ao ensino superior no Brasil, entre outros aspectos positivos da internacionalização da Ciência, Tecnologia e Inovação brasileira, em 13 de dezembro de 2011 foi instituído o programa Ciência sem Fronteiras com propósito de:

- I - promover, por meio da concessão de bolsas de estudos, a formação de estudantes brasileiros, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais voltadas para a qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e a inovação em áreas prioritárias e estratégicas para o Brasil;
- II - ampliar a participação e a mobilidade internacional de estudantes de [...] graduação [...] brasileiros, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior. (BRASIL, 2011).

Para tanto, o decreto<sup>1</sup> que instituiu o programa Ciência sem Fronteiras previu a concessão de “Bolsa de Graduação Sanduíche no Exterior” (SWG), que possibilita a ida de estudantes de graduação para a realização de disciplinas em universidades estrangeiras, em cursos ligados a áreas estritamente tecnológicas, consideradas áreas e temas prioritários do programa (BRASIL, 2013).

<sup>1</sup> Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011).

Apresentava-se, então, às agências de fomento responsáveis (CNPq e Capes) o desafio de conduzir um programa de fomento internacional, com a meta de destinar 101 mil bolsas, sendo 64 mil para estudantes realizarem parte de sua graduação fora do Brasil (BRASIL, 2015a). Até então, a prioridade era para as bolsas de pesquisa e de pós-graduação (CASTRO et al., 2012).

CNPq e Capes trabalharam conjuntamente para a divulgação do programa na forma de um portal eletrônico ([www.cienciasemfronteiras.gov.br](http://www.cienciasemfronteiras.gov.br)) que oferecesse informações e possibilitasse, entre outras ferramentas, a divulgação das chamadas públicas, a inscrição dos candidatos e a divulgação do resultado sobre as inscrições (BRASIL, 2015a).

Iniciava-se, portanto, um modelo de fomento inovador para o CNPq, quanto às bolsas para graduação sanduíche no exterior. Esse processo desafiador iria desde a identificação dos países e universidades de destino até o formato de avaliação dos resultados de cada bolsista.

## **1.2 Bolsa de Graduação Sanduíche no Exterior (SWG)**

Pelo Anexo VI da norma de bolsas no exterior do CNPq Resolução Normativa n° 29, de 2012, a modalidade SWG foi criada com a seguinte finalidade:

Apoiar o aluno matriculado em curso de graduação no Brasil visando aperfeiçoar sua formação, com bolsa no exterior, e estimular suas competências e habilidades para o desenvolvimento científico e tecnológico, o empreendedorismo e a inovação (CNPQ, 2012).

A norma estabelece requisitos para o candidato, para a instituição de ensino superior (IES) no Brasil em que o candidato está matriculado e para a IES no país de destino.

A colocação (*placement*) dos candidatos em uma universidade estrangeira é realizada por parceiros internacionais, que são representantes institucionais das IES nos países. Os países que

firmaram acordo de cooperação para participação no CsF e seu respectivo representante institucional podem ser visualizados no portal do programa Ciência sem Fronteiras na Internet (BRASIL, 2015b).

Além do *placement*, a entidade parceira faz o acompanhamento do estudante durante sua estadia (evolução do desempenho, situações de doença etc.), disponibilizando profissionais para atendimento de caráter emergencial, entre outros serviços<sup>2</sup>.

### 1.3 Concessão de bolsa SWG

Em 2012, o CNPq fez o lançamento das primeiras chamadas públicas, em conjunto com a Capes, por blocos de países. As agências passaram a adotar textos padrão para cada grupo de chamadas, visando manter regras comuns, com algumas alterações próprias de cada país (idioma exigido no exame de proficiência, por exemplo), especificadas pelo parceiro internacional.

Todo o procedimento, desde a inscrição, passando pela análise da candidatura, a emissão do resultado final, a concessão e o pagamento da bolsa, até a conclusão, com a apresentação dos documentos finais, é feito de forma virtual, via Plataforma Carlos Chagas<sup>3</sup>.

A inscrição é realizada pelo estudante, sem prévia autorização da sua universidade no Brasil, a qual irá se posicionar favoravelmente ou não à sua ida ao exterior na primeira etapa da seleção.

Após a inscrição, a candidatura é avaliada em etapas eliminatórias:

1ª etapa: Homologação da candidatura pela IES brasileira. No período estipulado na chamada pública, o representante da IES deve registrar o parecer “Homologado” ou “Não homologado”, ou seja, concordando ou não com a ida do estudante, acompanhado de uma justificativa.

2ª etapa: Seleção pelas agências. As candidaturas homologadas seguem para análise pela equipe técnica do CNPq, e são emitidos

<sup>2</sup> Os parceiros internacionais também atuam na negociação de taxas escolares junto às IES estrangeiras, na organização de curso de idiomas, na negociação para hospedagem dos estudantes nas proximidades ou na própria universidade de destino e na orientação para aquisição do seguro-saúde.

<sup>3</sup> Trata-se de uma plataforma digital, lançada pelo CNPq, que reúne diversas operações eletrônicas para promoção da interação dos usuários com a agência (CNPQ, 2016).

pareceres como “pré-selecionados” e “não pré-selecionados” e respectivas justificativas.

3ª etapa: Colocação dos candidatos. No ambiente eletrônico, o CNPq disponibiliza ao parceiro internacional a listagem dos candidatos selecionados, para apresentação de uma proposta de colocação (*placement*) em uma universidade estrangeira.

Alguns parceiros internacionais disponibilizam um ambiente eletrônico onde o candidato deve se inscrever, apresentar os documentos solicitados e, em alguns casos, fazer a priorização das universidades que o parceiro representa. Nesse caso, é fornecida uma listagem e o candidato indica, em ordem de preferência, as universidades de interesse. A partir dessa indicação, os parceiros iniciam o contato com as universidades, buscando uma vaga no curso do candidato, nas disciplinas compatíveis com o seu semestre acadêmico.

4ª etapa: Resultado final. A proposta de colocação é avaliada pelo CNPq, e é emitido o resultado final.

## 2 OBJETIVO

O objetivo deste artigo é o de identificar as razões para os indeferimentos das solicitações de candidaturas dos estudantes de graduação sanduíche para participar do programa CsF e propor políticas públicas para diminuir esses indeferimentos

Os números apresentados referem-se aos inscritos nas chamadas públicas geridas pelo CNPq<sup>4</sup>, que totalizam 65.101 inscrições, de março de 2012 a agosto de 2014<sup>5</sup>.

## 3 MATERIAL E MÉTODOS

Para realizar a análise, as candidaturas indeferidas foram distribuídas nas três etapas eliminatórias: Etapa 1, Homologação; Etapa 2, Seleção pelo CNPq; e Etapa 3, Colocação dos candidatos.

<sup>4</sup> No CNPq, as bolsas SWG foram concedidas inicialmente na forma de cotas às IES brasileiras. Este trabalho, no entanto, considera exclusivamente as bolsas concedidas via chamadas públicas, uma vez que no sistema de cotas o fluxo de análise da candidatura foi diferente.

<sup>5</sup> O número de candidaturas analisadas à época do levantamento de dados representa 76,4% do total de inscritos no Programa CsF para bolsa SWG via chamadas públicas.

As justificativas<sup>6</sup> emitidas nos pareceres de indeferimento de cada etapa foram consolidadas em categorias, buscando identificar, em termos quantitativos, quais seriam as maiores e as menores motivações, em termos percentuais. Uma vez que os pareceres não eram preestabelecidos como opções de registro pelo emissor (eram de redação livre), foi necessário fazer a leitura do teor de cada um desses pareceres e registrá-los em categorias. A metodologia utilizada para categorização dos pareceres foi a da Análise Textual Discursiva (ATD) (MORAES; GALIAZZI, 2007).

Nessa metodologia, a análise é feita a partir da desconstrução dos textos e de sua unitarização, por meio de três momentos distintos: “1 – fragmentação de textos e codificação de cada unidade; 2 – reescrita de cada unidade de modo que assuma um significado, o mais completo possível em si mesmo; 3 – atribuição de um nome ou título para cada unidade assim produzida” (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 19).

Para a pesquisa, cada justificativa de indeferimento emitida correspondeu a uma unidade de significado.

Na sequência, a metodologia estabelece o segundo momento do ciclo de análise, que consiste na categorização das unidades construídas. “A categorização é um processo de comparação constante entre as unidades definidas no momento inicial da análise, levando a agrupamentos de elementos semelhantes”. (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 22).

Os autores ressaltam ainda que:

A categorização, além de reunir elementos semelhantes, também implica nomear e definir categorias, cada vez com maior precisão, na medida em que vão sendo construídas. Essa explicitação se dá por meio do retorno cíclico aos mesmos elementos, no sentido da construção gradativa do significado de cada categoria”. (2007, p. 23).

Nesta pesquisa, adotou-se o método indutivo para produzir as categorias:

<sup>6</sup> Os dados sobre cada candidatura foram disponibilizados pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do CNPq e tratados com o software Microsoft Office Excel 2007.

[...] o método indutivo implica produzir as categorias a partir das unidades de análise construídas a partir do “corpus”. Por um processo de comparar e contrastar constante entre as unidades de análise, o pesquisador vai organizando conjuntos de elementos semelhantes, geralmente com base em seu conhecimento tácito<sup>7</sup>, conforme descrevem Lincoln e Guba (1985). Este é um processo indutivo, de caminhar do particular ao geral, resultando no que se denomina de categorias emergentes. (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 23-24).

O entendimento dos autores expressa adequadamente o movimento de criação das categorias:

[...] as categorias não nascem prontas, exigindo um retorno cíclico aos mesmos elementos para sua gradativa qualificação. O pesquisador precisa avaliar constantemente suas categorias em termos de validade e pertinência. Cada categoria representa um conceito dentro de uma rede de conceitos que pretende expressar novas compreensões. (2006, p. 125).

Essa metodologia foi utilizada também por Oliveira e Mello (2014) e exemplifica o procedimento adotado neste artigo:

Por meio do conjunto das respostas obtidas [...], efetuou-se a análise do conteúdo subjetivo seguindo a proposta da ATD. Por esse método, cada conteúdo de resposta correspondeu a uma unidade de significado. Procedeu-se à desconstrução do conteúdo das respostas, destacando os seus diferentes sentidos, ou seja, identificando-se o que houve de principal e focalizando o conteúdo em palavras-chaves que sintetizassem a ideia de cada resposta. Em seguida, com base no conteúdo da unidade de significado e nas palavras-chave, elaboraram-se as categorias de significado iniciais e, em seguida, finais, apurando ainda mais a ideia central das unidades de significado. (OLIVEIRA; MELLO, 2014, p. 665).

Todo o procedimento de identificação das unidades nas leituras das justificativas emitidas foi feito com especial atenção visando adequá-las ao contexto de cada etapa, segundo os critérios de eliminação preestabelecidos.

A análise das categorias foi feita a partir da descrição numérica percentual, com base na frequência de ocorrência de uma determinada

<sup>7</sup> Termo empregado por Lincoln e Guba (1985) para caracterizar o conhecimento da experiência, não expresso em teorias formais.

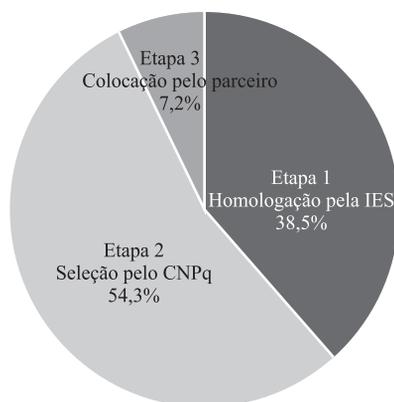
categoria na população observada. Em seguida, por meio dos processos de descrição e interpretação de cada categoria, foram apresentadas, nos casos pertinentes, propostas de intervenção para otimização do processo seletivo para bolsas SWG.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Distribuição das candidaturas indeferidas nas etapas

Seguindo a metodologia estabelecida, as 44.046 candidaturas indeferidas (68% do total de inscritos) foram assim distribuídas:

**Figura 1 - Distribuição percentual das candidaturas indeferidas**



Fonte: elaboração própria com base em dados da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação/ CNPq, nov. 2014.

Os percentuais acima são relativos ao número total de candidaturas indeferidas. Vê-se que o maior número de candidaturas indeferidas deu-se na etapa de seleção pelo CNPq, seguido dos indeferimentos realizados pela IES brasileira e, por fim, na fase de colocação do candidato.

Adiante, será detalhada cada etapa, analisando os resultados obtidos nas categorias em que as justificativas de indeferimento foram identificadas, verificando a representatividade percentual dessas justificativas no decorrer do programa e apresentando alternativas, de modo a minimizar o percentual de indeferimento, quando pertinente.

#### 4.1.1 Etapa 1 - Homologação pela IES

Apresentamos no Quadro 1 as oito categorias criadas a partir das 16.957 (38,5%) justificativas de indeferimento (unidades de significado), o respectivo percentual representativo e a descrição da categoria.

**Quadro 1 – Categorias da Etapa 1, percentual de indeferimento e descrição**

<b>Etapa 1 Categorias</b>	<b>Média% 2013 e 2014<sup>8</sup></b>	<b>Descrição</b>
1. Não atende aos requisitos da IES	41,9	A IES adotou critérios próprios relacionados a desempenho acadêmico que caracterizam o “perfil de aluno de excelência”. Tais critérios referem-se a índice ou conceito de rendimento acadêmico, número de reprovações em disciplinas, pendência em disciplina, participação em programa de iniciação científica ou tecnológica, entrevista individual.
2. Não realizou a inscrição no processo seletivo interno da IES	21,0	Imaginou-se que, com o passar dos anos, os estudantes ficassem mais informados sobre o processo seletivo interno e buscassem os meios de formalização de sua inscrição junto à IES. No entanto, esse fato não foi identificado. O percentual em 2012 foi de 18,6%, caindo para 17,3% em 2013 e voltando a subir em 2014, chegando a 24,7%. Observa-se que as IES precisam investir mais esforços no sentido de divulgar a necessidade de inscrição no processo seletivo interno, o que é prerrogativa de cada IES como parte do processo de homologação da candidatura.
3. Problemas com documentação no processo seletivo interno	13,5	Candidaturas não homologadas pela IES pela não adequação dos documentos apresentados pelo candidato na inscrição no processo seletivo interno. A baixa queda percentual no decorrer do programa (2012, 14,7%; 2013, 13,8%; 2014, 13,1%) demonstra a necessidade de intervenção das IES sobre os documentos que precisam ser apresentados no processo seletivo interno.

<sup>8</sup> Em 2013 e 2014 passa a existir uma maior estabilidade na distribuição percentual das categorias da Etapa 1 e, por esse motivo, a média percentual desses anos como é tida como referência para categorização. O valor é considerado como percentual do total de indeferidos na Etapa 1.

<b>Etapa 1 Categorias</b>	<b>Média% 2013 e 2014<sup>8</sup></b>	<b>Descrição</b>
4. Falta de parecer de homologação pela IES	10,4	Candidatura não analisada pela IES. Quanto aos pareceres não emitidos pelas IES: 46,5% em 2012, 12,4% em 2013 e 8,4% em 2014. Isso ocorreu porque em 2012 foram lançadas as primeiras chamadas públicas e os representantes das IES estavam em fase de adaptação ao sistema.
5. Não cumpre o percentual de integralização curricular	10,4	Candidatos que não possuíam entre 20% e 90% de integralização do currículo previsto para seu curso <sup>9</sup> .
6. Não está regularmente matriculado	1,5	Candidato com situação de matrícula irregular junto à IES.
7. Desistência do candidato	1,3	Há registro das seguintes motivações para desistência do candidato: ter sido contemplado com bolsa em outra chamada pública ou programa da própria IES; não ter conseguido realizar o teste de proficiência a tempo; realização de estágio no Brasil; problemas pessoais. A inscrição no programa é gratuita e poderia levar os estudantes a se inscreverem sem um real compromisso com a participação, o que a análise sobre os dados demonstra que não vem ocorrendo.
8. Não tem nacionalidade brasileira	0,03	A IES informa que o candidato não cumpre o requisito de ter nacionalidade brasileira.

Fonte: elaboração própria com base em dados da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação/ CNPq, nov. 2014.

#### 4.1.2 - Etapa 2 - Seleção pelo CNPq

Do universo pesquisado, 23.935 candidaturas (54,3%) foram homologadas pela respectiva IES e passaram para a análise pelo CNPq.

Para melhor entendimento, esclarecemos: cada fase de análise da Etapa 2 foi tratada com filtro individual, ou seja, se o candidato foi “não pré-selecionado em um dos filtros, foi registrada a justificativa

<sup>9</sup> O Programa Erasmus, da União Europeia, atende a alunos que estejam cursando pelo menos o segundo ano do curso superior (a partir, portanto, do terceiro semestre) (PEREIRA, 2015).

e encerrada a análise naquele ponto. Assim, a sequência de análise mostra-se relevante.

Em 2012, a sequência de análise foi: atendimento aos requisitos, percentual de integralização curricular, nacionalidade e relação do curso de graduação registrado no Currículo Lattes do candidato com uma ou mais áreas e temas prioritários<sup>10</sup> do programa.

Em 2013, a sequência foi a seguinte: relação do curso de graduação com uma ou mais áreas e temas prioritários do programa, percentual de integralização curricular, nacionalidade e recebimento pelo candidato de bolsa SWG. Atendidos esses critérios, foi analisado se o comprovante de proficiência constava como anexado e, por conseguinte, se as notas obtidas pelo candidato atendiam aos requisitos mínimos estabelecidos juntamente com o parceiro no exterior.

Em 2014, essa sequência foi alterada, passando a ser previamente observada a nota obtida pelo candidato no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)<sup>11</sup>, no período de 2009 a 2013.

Em continuidade à metodologia ATD adotada, os pareceres emitidos na Etapa 2 foram categorizados com as diferentes justificativas de “não pré-seleção”, e foi obtida a seguinte distribuição percentual por ano do programa:

<sup>10</sup> Em atendimento à orientação governamental para foco do programa, os cursos de graduação deverão estar relacionados às áreas e temas publicados na Portaria Interministerial n° 1, publicada em 9 de janeiro de 2013 (BRASIL, 2013).

<sup>11</sup> Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica (BRASIL, 2015c). A nota mínima de 600 pontos passou a ser exigida nas chamadas lançadas a partir de junho de 2013.

## Quadro 2 – Categorias da Etapa 2, percentuais de indeferimento e descrição

Etapa 2 Categorias	Anos <sup>12</sup>			Descrição
	% 2012	% 2013	% 2014	
1. Não atende aos requisitos da IES	60,13	-	-	<p>Casos em que o candidato não cumpriu um dos seguintes requisitos estabelecidos nas primeiras chamadas<sup>13</sup>:</p> <p>IV. [requisitos relacionados à proficiência no idioma, se fosse o caso]</p> <p>V. Ter ingressado na IES por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni) ou do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) com nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) igual ou superior a 600 pontos e/ou ter sido premiado nas categorias dos Prêmios Jovem Cientista, Iniciação Científica e Olimpíadas da Matemática e/ou de Ciências ou ainda detentor de premiações de mérito acadêmico;</p> <p>VI. Ter tido ou estar usufruindo de bolsa de iniciação científica do CNPq (PIBIC), de Fundações de Amparo ou PIBID da CAPES; [...]</p> <p>VIII. Apresentar obrigatoriamente a documentação comprobatória referente aos casos previstos no(s) item(s) V e/ou VI acima quando houver; [...]. (BRASIL, 2015a)</p> <p>O teor dos pareceres emitidos não permitiu categorizar por requisito. Por isso, as categorias “Não envio do comprovante de proficiência” e “Nota no exame de proficiência” não são representadas no ano de 2012, estando englobadas como “Candidatura Individual”. Certamente essa junção ocasionou o alto patamar de 60,13% observado.</p> <p>Nos anos seguintes essa categoria deixa de existir por dois motivos: porque o teor dos pareceres emitidos possibilita identificar os casos relacionados à proficiência e porque os requisitos V e VI passaram a ser considerados para efeito de classificação.</p>
2. Indisponibilidade de vaga	34,97	-	-	<p>Em 2012, parte dos casos da Etapa 3 (Colocação dos Candidatos) definida neste artigo foi lançada nessa categoria. Nas Chamadas dos anos seguintes, essa categoria passa a ser tratada exclusivamente na Etapa 3, por isso ela deixa de existir nos anos de 2013 e 2014.</p> <p>O alto valor percentual tem relação com as Chamadas Públicas n° 113/2012 e 115/2012, para mobilidade em Portugal e Espanha – respectivamente, onde houve um número expressivo de inscrições para um número reduzido de vagas (fato motivado essencialmente pela dispensa de um comprovante de proficiência).</p>

<sup>12</sup> As categorias dessa etapa não guardam relação entre si em todos os anos. As categorias “Candidatura individual” e “Disponibilidade de vaga”, por exemplo, aparecem apenas em 2012. Isso ocorre devido à metodologia de análise, que foi alterada com o passar dos anos. Os percentuais referem-se ao número total de indeferimento na Etapa 2.

<sup>13</sup> Referem-se às primeiras chamadas públicas lançadas para Austrália, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Espanha, Holanda e Portugal.

Etapa 2 Categorias	Anos <sup>12</sup>			Descrição
	% 2012	% 2013	% 2014	
3. Não cumpre o percentual de integralização curricular	0,22	0,03	-	Casos em que o candidato não atendeu ao requisito de percentualidade mínima e máxima de integralização curricular (20% e 90%), de acordo com o ano de início do curso registrado no Currículo Lattes. Com o passar dos anos esse número foi reduzindo-se até não haver mais registro em 2014, possivelmente porque os pareceres de homologação das IES passaram a ser emitidos com maior correção.
4. Curso de graduação fora das áreas e temas prioritários	4,56	3,79	8,43	O aumento observado no ano de 2014 deve-se à inclusão dos candidatos não pré-selecionados na categoria “curso com baixa prioridade”, os quais são categorizados em 2013 e depois deixam de ser registrados.
5. Curso de graduação com baixa prioridade	0,03	13,47	-	Em 2013, após realizada uma análise das bolsas já aprovadas no programa, o CNPq e a Capes decidiram por priorizar cursos ligados estritamente às áreas tecnológicas, o que veio a registrar esse percentual como “curso com baixa prioridade”. Em 2014, passou-se a considerar os cursos de “baixa prioridade” como “fora das áreas e temas prioritários” (Categoria 4) e, portanto, ocasionando o aumento registrado.
6. Não envio do comprovante de proficiência <sup>14</sup>	-	56,01	47,92	O estudante dispunha de dois momentos para encaminhar o comprovante de proficiência: no momento da inscrição ou até alguns dias após o término das inscrições. Esse período foi flexibilizado para permitir que o candidato pudesse se inscrever mesmo sem o comprovante de proficiência em mãos, pois, apesar dos esforços do CNPq e da Capes junto às certificadoras, nem sempre foi possível conciliar o período de inscrições à emissão dos comprovantes <sup>15</sup> . Para tais resultados expressivos, é possível considerar algumas possibilidades: - o estudante não conseguiu receber o certificado a tempo; - o estudante recebeu o resultado, mas este não foi suficiente para atingir as notas mínimas exigidas na chamada; - o estudante teve problemas para anexar o documento. A redução no ano de 2014 em relação a 2013 possivelmente foi motivada pela sequência de análises, que passou a observar primeiramente o requisito da nota no Enem.

<sup>14</sup> Ex-bolsistas do CsF relatam dificuldades no preenchimento do formulário on-line sobre informações não precisas quanto aos documentos de proficiência necessários e aceitos, sobre a nota mínima no teste de proficiência, a forma de envio do arquivo com o comprovante de proficiência (PEREIRA, 2015).

<sup>15</sup> Há críticas de ex-bolsistas do CsF quanto à demora na marcação dos testes e ao prazo de entrega do comprovante pela entidade certificadora, a problemas no momento da realização do exame, à falta de tempo hábil entre a abertura da chamada e a realização e entrega do resultado pela certificadora (PEREIRA, 2015).

Etapa 2 Categorias	Anos <sup>12</sup>			Descrição
	% 2012	% 2013	% 2014	
7. Nota insuficiente no exame de proficiência <sup>16</sup>	-	26,42	10,73	Incluem-se nessa categoria os casos em que a nota foi insuficiente e também aqueles em que foram anexados documentos não aceitos, tais como: comprovantes de agendamento para realização do teste de proficiência, comprovantes de proficiência emitidos por entidades não reconhecidas pela chamada ou arquivos ilegíveis. Observa-se uma diminuição representativa nos anos de 2013 para 2014, possivelmente também em razão da metodologia de análise, que passou a considerar a nota no Enem inicialmente. Cogita-se ainda que, com base nos resultados de 2013, os estudantes tenham tomado ciência de que as agências, de fato, analisaram os documentos anexados, motivando o não envio quando as notas não eram suficientes. Entendemos que a tendência será esse percentual diminuir, com aumento do percentual do não envio do comprovante de proficiência.
8. Nota insuficiente no Enem	-	-	32,78	A tendência é a de que o percentual de 2014 diminua fortemente nas chamadas seguintes e que os candidatos interessados no programa, que porventura não tenham realizado o exame para ingresso na IES brasileira ou não tenham obtido a nota suficiente, venham a (re)fazê-lo.
9. Candidato já contemplado com bolsa SWG	-	0,15	0,13	Nas chamadas analisadas em 2013 e 2014 foi estabelecido como requisito do candidato, entre outros: “Não ter sido contemplado com bolsa de graduação sanduíche no exterior, financiada, no todo ou em parte, pela Capes ou pelo CNPq”. Os números mostram-se baixos e podem ser considerados naturais, com o lançamento regular das chamadas.
10. Não tem nacionalidade brasileira	0,08	0,05	0,01	Esse requisito esteve a cargo do representante institucional, na Etapa 1. No entanto, em alguns casos, a IES registrou parecer favorável à aprovação e, em consulta ao Currículo Lattes do estudante, observou-se tratar-se de estudante estrangeiro.
11. Não informado	0,01	0,08	-	Casos em que a candidatura foi indeferida na Etapa 2, mas nos quais não foi registrado o motivo do indeferimento. O baixo percentual comparavelmente às demais categorias teve um aumento de 2012 para 2013, desaparecendo em 2014. Possivelmente seja isso o resultado da adaptação dos usuários do sistema.

Fonte: elaboração própria com base em dados da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação/ CNPq, nov. 2014.

#### 4.1.3 - Etapa 3 - Colocação pelo parceiro internacional

Considerando o total de candidaturas indeferidas, 3.154 (7,2%) não foram aprovadas na Etapa 3, Colocação pelo parceiro internacional.

<sup>16</sup> A nota mínima exigida foi estabelecida de acordo com as informações prestadas pelos parceiros internacionais. O resultado da pesquisa realizada por Sena et al. (2014, p. ?) sobre experiências de estudantes da Universidade de Fortaleza (Unifor), no entanto, afirma: “as dificuldades encontradas pelos intercambistas [...] estavam relacionadas à comunicação, pois a maioria dos alunos não se considerava fluente no idioma do país de chegada”.

O Quadro 3 apresenta as cinco categorias criadas a partir das diferentes justificativas (unidades de significado) emitidas pelo parceiro no exterior, o respectivo percentual de ocorrência e sua descrição.

**Quadro 3 – Categorias da Etapa 3, percentual de indeferimento e descrição**

<b>Etapa 1 Categorias</b>	<b>Média% 2013 e 2014<sup>17</sup></b>	<b>Descrição</b>
1. Problemas com documentação	50,7	Casos relacionados a problemas com envio de documentos ou ausência de inscrição junto ao parceiro no exterior. Cogita-se que parte desse percentual esteja associada à desistência do candidato. Os registros, no entanto, não permitem identificar esses casos. Os casos de desistência explicitamente declarados pelo parceiro foram incluídos em categoria específica.
2. Desistência do candidato	25,9	Justificativas relacionadas a questões pessoais do candidato.
3. Notas insuficientes	11,5	Trata-se de uma prerrogativa da universidade estrangeira admitir ou não o candidato, de acordo com seus critérios internos <sup>18</sup> , que podem envolver notas no exame de proficiência <sup>19</sup> superiores às mínimas exigidas na chamada, como também a observância do número de reprovações e notas constantes no histórico escolar. Mesmo com os esforços dos parceiros no exterior em direcionar o pedido de admissão a mais de uma universidade (conforme priorização do candidato, se for o caso), devido à morosidade natural do processo de análise pela universidade de destino, nem sempre é possível que o candidato seja aceito em tempo de aprová-lo na chamada.

<sup>17</sup> Em condição similar à Etapa 1, a média percentual considerada como referência para categorização foi dos anos de 2013 e 2014. Os valores referem-se ao número total de indeferimentos na Etapa 3.

<sup>18</sup> Em pesquisa realizada por Pereira (2015, p. 5), ex-bolsistas “informam a exigência de maior nota do TOEFL [...], gerando necessidade de um novo exame de proficiência, e nenhuma reprovação em matérias do curso superior. [...] número limite de reprovações em disciplinas [...] entrevista por telefone em inglês”.

<sup>19</sup> Os resultados da pesquisa de Pereira (2015) apontam que 66% dos entrevistados tiveram algum tipo de problema com o idioma do país de destino.

4. Não informado	7,3	Parte dos pareceres emitidos apenas informa que o candidato não foi aceito, mas não esclarece o que motivou a não admissão na universidade estrangeira. A análise dos dados demonstrou, no entanto, que o percentual vem decrescendo com o passar dos anos (2012: 14%; 2013: 10,2%; 2014: 4,3%). Possivelmente seja resultado de uma adaptação dos parceiros internacionais ao sistema de emissão de parecer. O formulário disponibilizado aos parceiros deveria oferecer a opção de selecionar justificativas preestabelecidas (as categorias aqui criadas, por exemplo), para viabilizar conhecer a motivação da não aceitação.
5. Indisponibilidade de vaga	4,6	O percentual mostra-se razoável diante da dificuldade de se identificar uma vaga num determinado curso e em determinado semestre, ressaltando ainda limitações dos estudantes da área de saúde para cursar disciplinas do ciclo clínico, problema que passou a ser explicitamente considerado nas chamadas lançadas a partir de 2013 <sup>20</sup> .

Fonte: elaboração própria com base em dados da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação/ CNPq, nov. 2014.

## 4.2 Proposições de intervenção

Das 24 categorias criadas adotando a metodologia ATD, sete puderam sofrer sugestão de intervenção para minimizar o percentual de indeferimento e, assim, contribuir com a promoção do aumento da demanda qualificada em chamadas públicas para bolsa SWG.

Algumas categorias criadas foram ajustadas ao longo dos anos do programa, algumas delas chegando à extinção. Esse fato demonstra os ajustes realizados e que otimizaram o processo de seleção, possibilitando, ainda que em caráter empírico, a melhoria das etapas de análise.

Não foram feitas proposições para as demais categorias por questões diversas:

- tratar-se de decisão estratégica governamental do programa. Não cumpre o percentual de integralização curricular (Etapa 1 – Categoria 5 e Etapa 2 – Categoria 3);

<sup>20</sup> O estudo realizado por Grieco (2015) destacou que a diferença entre a estrutura curricular na área da saúde no Brasil em comparação com o Canadá impediu que estudantes dessa área cursassem disciplinas diretamente relacionadas ao seu curso.

- Curso de graduação fora das áreas e temas prioritários (Etapa 2 – Categoria 4);
- Curso de graduação com baixa prioridade (Etapa 2 – Categoria 5).
- condição do candidato:
    - Não está regularmente matriculado (Etapa 1 – Categoria 6).
    - Desistência do candidato (Etapa 1 – Categoria 7 e Etapa 3 – Categoria 2);
    - Não tem nacionalidade brasileira (Etapa 1 – Categoria 8 e Etapa 2 – Categoria 10);
    - Nota insuficiente no exame de proficiência (Etapa 2 – Categoria 7);
    - Nota insuficiente no Enem (Etapa 2 – Categoria 8);
    - Candidato já contemplado com bolsa SWG (Etapa 2 – Categoria 9).
  - categorias inexistentes nos anos seguintes:
    - Não atende aos requisitos (Etapa 2 – Categoria 1);
    - Indisponibilidade de vaga (Etapa 2 – Categoria 2);
    - Não informado (Etapa 2 – Categoria 11).
  - proposição não identificada:
    - Não informado (Etapa 3 – Categoria 4);
    - Indisponibilidade de vaga (Etapa 3 – Categoria 5).

No entanto, em termos percentuais, o total passível de intervenção (53,3%) é representativo.

O Quadro 4 lista as proposições de intervenção para otimização do processo seletivo de bolsas SWG concedidas via chamadas públicas no CNPq. Nesse quadro apresentamos também o percentual médio de referência de cada categoria relativo ao número de candidaturas indeferidas em cada etapa (Média, %, Referência, Etapa) e o percentual de cada categoria relativo ao número total de candidaturas indeferidas (% Total indeferido).

#### Quadro 4 – Proposições de intervenção no processo seletivo das chamadas públicas para bolsa SWG e percentuais de indeferimento na categoria

Etapa/Categoria	Média% Referência Etapa	% Total indeferido	Proposições de intervenção
Etapa 1 – Homologação pela IES (38,5% do total indeferido)			
1. Não atende aos requisitos da IES	41,9	11,6	Analisar os percentuais específicos de cada IES, informando-as do resultado, possibilitando a reflexão sobre o processo seletivo interno quanto a: - requisitos adotados para caracterizar o “perfil de aluno de excelência”; - maior divulgação da necessidade de inscrição; - maiores esclarecimentos sobre os documentos a serem apresentados.
2. Não realizou a inscrição no processo seletivo interno da IES	21,0	7,9	
3. Problemas com documentação no processo seletivo interno	13,5	5,4	
4. Sem parecer de homologação pela IES	10,4	10,5	Contatar as IES brasileiras para que informem o motivo da não emissão do parecer, oferecendo as orientações necessárias.
<b>Total Etapa 1</b>	<b>86,8</b>	<b>35,4</b>	
Etapa 2 – Seleção pelo CNPq (54,3% do total indeferido)			
6. Não envio do comprovante de proficiência	47,9	14,4	Fortalecer a interação com as entidades responsáveis pela emissão dos certificados de proficiência. Consultar os candidatos buscando detectar motivos para o não envio do comprovante de proficiência.
<b>Total Etapa 2</b>	<b>47,9</b>	<b>14,4</b>	
Etapa 3 – Colocação pelo parceiro (7,2% do total indeferido)			
1. Problemas com documentação	50,7	2,8	Identificar o percentual de estudantes que tiveram problemas com a documentação. Reforçar a interação com os parceiros no exterior, buscando identificar possíveis problemas de comunicação, de limitação ao envio de documentos ou acesso aos formulários.

<b>Etapa/Categoria</b>	<b>Média% Referência Etapa</b>	<b>% Total indeferido</b>	<b>Proposições de intervenção</b>
3. Notas Insuficientes	11,5	0,7	Solicitar aos parceiros no exterior a disponibilização dos requisitos de cada universidade estrangeira, de forma que o estudante possa identificar previamente aquelas nas quais ele não se enquadraria.
<b>Total Etapa 3</b>	<b>62,2</b>	<b>3,5</b>	
<b>% Total</b>		<b>53,3</b>	

Fonte: elaboração própria com base em dados da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação/ CNPq, nov. 2014.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos identificar as motivações para os indeferimentos das candidaturas apresentadas nas chamadas públicas para bolsa de graduação sanduíche no exterior gerenciadas pelo CNPq, qualificando-as segundo a metodologia ATD e calculando os indeferimentos em termos percentuais nas categorias criadas para cada etapa eliminatória.

Nesse sentido, discutimos cada categoria e buscamos apresentar alternativas para minimizar o percentual de indeferimento identificado, visando aumentar o número de candidatos passíveis de aprovação, permitindo um maior número de candidaturas como demanda qualificada e, eventualmente, possibilitando o uso de critérios de classificação para aprovação.

Tradicionalmente, a avaliação de um determinado programa, chamada, ou qualquer outro meio de execução de recursos públicos em Ciência, Tecnologia e Inovação, considera os resultados sobre os projetos aprovados e seus impactos.

Usando dados de indeferimento de candidaturas foi possível demonstrar que, alternativamente, a observância desses casos pode sinalizar proposições com vista à melhoria do processo de análise para concessão de recursos. Isso se mostrou positivo num contexto em que:

[...] recomenda-se, cada vez mais, que todos os atos e ações, em especial os do governo, devam ser avaliados por razões diversas, mas, principalmente para alcançar os objetivos traçados, conhecer e maximizar os seus resultados. (CASTILHO LIMA, 2004).

Num sentido mais amplo, esse tipo de análise poderá contribuir na tomada de decisão, permitindo a priorização sobre a destinação de recursos no desenvolvimento de aplicativos de *software*, ou sobre contratação ou remanejamento interno de pessoal técnico, por exemplo.

Cabe destacar que a continuidade desse tipo de análise, ou seja, o debruçar-se sobre resultados de indeferimento nos anos posteriores, trará informações sobre os aspectos positivos ou inócuos da adoção de determinada proposição.

Nas palavras de Pereira (2015, p. 112-113),

A análise do Programa CsF demonstra que ele não se constituiu por meio da vontade autônoma de um Estado. [...] Apesar das decisões estruturantes terem partido de um núcleo estratégico, aparentemente pequeno e limitado, as negociações e decisões intermediárias e ordinárias têm origem em parte de técnicos e gestores dos órgãos implementadores, no contato com a arena setorial e o público-alvo.

## Referências

BRASIL. Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011, Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 2011. Seção 1, n. 239, p. 7.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Programa Ciência sem Fronteiras**. 2015a. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Países e Parceiros**. 2015b. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/paises-parceiros>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM**. 2015c. Disponível em: <<http://www.enem.inep.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Portaria Interministerial n° 1, de 09 de janeiro de 2013. Institui as áreas e temas prioritários de atuação do Programa Ciência sem Fronteiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jan. 2013. Seção 1, n. 8, p. 24.

CASTILHO LIMA, N. P. **Avaliação das Ações de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I)**: reflexões sobre métodos e práticas. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação – CGEE/MCTI, 2004.

CASTRO, C. M.; BARROS, H.; ITO-ADLER, J.; SCHWARTZMAN, S. Cem mil bolsistas no exterior. **Interesse Nacional**, v. 5, n. 17, p. 25-36, abr./jun. 2012.

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Resolução Normativa 029/2012**. Bolsas no Exterior, Anexo VI – Graduação Sanduíche no Exterior – SWG. Disponível em: <[http://www.cnpq.br/view/-/journal\\_content/56\\_INSTANCE\\_0oED/10157/515690](http://www.cnpq.br/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/515690)>. Acesso em: 7 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. **Plataforma Carlos Chagas**. Disponível em: <<http://carloschagas.cnpq.br/conhecaPlataforma.html>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

GRIECO, J. A. **Fostering Cross-border Learning and Engagement through Study Abroad Scholarships**: Lessons from Brazil’s Science without Borders Program. 2015. Dissertação (Mestrado em Artes)– Graduate Department of Leadership, Higher and Adult Education, Ontario Institute for Studies in Education, University of Toronto, EUA, 2015.

KNIGHT, J. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 1, p. 5-31, 2004.

KNIGHT, J. Modèle d'internationalisation ou comment faire face aux réalités et enjeux nouveaux. In: OCDE. **L'enseignement supérieur en Amérique Latine: la dimension internationale**. Paris: Organization de Coopération et de Développement Économique, 2005. p. 11-45.

\_\_\_\_\_. Internationalization: A Decade of Changes and Challenges. **International Higher Education**, n. 50, 2008.

LAUS, S. P.; MOROSINI, M. C. Internationalization of Higher Education in Brazil. In: DE WIT, H. et al. (Eds.). **Higher Education in Latin America: the international dimension**. Washington: The World Bank, 2005.

LAVAL, C.; WEBER, L. (Orgs.). **Le nouvel ordre éducatif mondial**. Paris: Institut de recherches de la FSU; Editions Nouveaux regards et Syllepse, 2002. 143 p.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. **Naturalistic inquiry**. Londres: Sage, 1985. 416 p.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007. 224 p.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. Análise Textual Discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 12, n. 1. p. 117-128, 2006.

NOGUEIRA, M. A.; AGUIAR, A. M. S.; RAMOS, V. C. C. Fronteiras desafiadas: a internacionalização das experiências escolares. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 355-376, maio/ago. 2008.

OLIVEIRA, A. R.; MELLO, C. F. Indicadores para a avaliação da produtividade em pesquisa: a opinião dos pesquisadores que concorrem a bolsas do CNPq na área de Biociências. **RBPG**, Brasília, v. 11, n. 25, p. 657-678, set. 2014.

PEREIRA, V. M. Relatos de uma viagem: uma análise feita pelos bolsistas sobre o Programa Ciência sem Fronteiras. **Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 1-21, jul. 2015.

RAMOS, V. C. C. **Perfil e motivações dos estudantes e participantes do “Programa de Mobilidade Discente Internacional para a Graduação” da UFMG**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação)– Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SENA, A. P. et al. Internacionalização da educação superior: um estudo com alunos intercambistas de uma instituição de ensino superior do Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona State University, Estados Unidos, v. 22, n. 122, p. 1-25, 2014.

DE WIT, H. Rationales for internationalization of higher education. **Millenion**, n. 11, 1998.

\_\_\_\_\_. América Latina y Europa ante el fenómeno de la internacionalización: In: MORA, J. G.; LAMARRA, N. F. (Orgs.). **Educación superior**: Convergência entre América Latina y Europa. Caseros: Eduntref, 2005. p. 222-226.

ZARATE, G. La mobilité transnationale en education: un espace de recherch . **Revue Francaise de P dagogie**, Paris, n. 129, p. 65-72, out./nov./dez. 1999.

Recebido em 20/04/2016

Aprovado em 27/06/2016